

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1.674, de 2021)

Dê-se ao art. 11 do Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 1º Durante a vigência de medidas de controle sanitário nas fronteiras, as autoridades de imigração exigirão a apresentação de PSS válido para ingresso em território nacional.

§ 2º No caso do § 1º:

I - os estrangeiros não residentes no Brasil sem PSS válido poderão ser impedidos de ingressar em território nacional;

II - os brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil sem PSS válido poderão ingressar no território nacional e serão submetidos a medidas de segurança sanitária apropriadas.”

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do parágrafo único do art. 11 do PL nº 1.674, de 2021, prevê que, na ausência de passaporte sanitário válido, seja negado o ingresso de brasileiro ao território nacional. A medida prevista se mostra desproporcionalmente dura e tem potencial para deixar brasileiros presos em áreas internacionais de portos e aeroportos no Brasil e no exterior, causando embarço desnecessário de difícil solução.

Por essa razão, esta emenda propõe alterar a redação para garantir aos brasileiros, em qualquer circunstância, o retorno ao território nacional, mesmo que, para isso, sejam submetidos a medidas de segurança sanitária apropriadas.

Vale lembrar que, no início da atual pandemia de coronavírus, foi providenciada pelo Governo Federal a repatriação de brasileiros que se encontravam em Wuhan, na China, os quais ficaram em quarentena no Brasil até haver garantias de que não estavam infectados.



Assim, ao tempo em que garantimos aos brasileiros o direito de retornar a seu País, preservamos a segurança sanitária nacional.

A emenda ainda estabelece que as autoridades de imigração têm a atribuição de verificar a documentação sanitária para ingresso no País. Originalmente, o texto conferia essa função às autoridades aduaneiras. Entendemos que, por se tratar de processo relacionado à entrada de pessoas (não de mercadorias) no território nacional, a atuação das autoridades de imigração se mostra mais apropriada.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

